


Resenha | Dossiê Intelectuais, movimentos políticos e protagonismo popular

GONZALEZ, Lélia. *Festas populares no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2024.

Lélia Gonzalez: interpretando o Brasil a partir dos seus festejos populares

Lélia Gonzalez: interpreting Brazil from its popular festivities

Lélia Gonzalez: interpretando a Brasil desde sus festejos populares

Taynara Silva, *Universidade Federal do Paraná* ✉ ID 

Lélia Gonzalez (1935-1994), mulher negra amefricana, foi uma das principais lideranças do Movimento Negro Unificado (MNU) e uma das mais importantes intelectuais brasileiras do século XX. Historiadora, filósofa, antropóloga e intérprete do Brasil, Lélia se destacou como uma rebelde epistêmica, atuando com uma voz crítica, que, com firmeza e afeto, desafiou os silêncios impostos pela história oficial. Como afirma Nilza Iraci, em entrevista ao *Projeto Memória – Lélia Gonzalez* (2014), ela foi luz e afeto quando o silêncio negava a humanidade das mulheres negras. Tratar da história do Brasil, considerando as questões raciais como centrais no processo de formação de uma identidade nacional, bem como o papel da violência da escravidão negra e indígena enquanto permanência histórica e enraizada em todas as dinâmicas sociais, foi uma das preocupações de Lélia, que possui uma produção intelectual marcada por muita originalidade e comprometimento político, sempre denunciando o mito da democracia racial e a exclusão sistemática da população negra e indígena.

Entre as disputas travadas no período que vai das décadas de 1960 a 1990, o debate em torno da chamada “cultura brasileira” assumia diferentes nuances. Em diversos espaços, discutia-se o papel das heranças africanas, ora em um viés

assimilacionista, que reforçava o mito da democracia racial, ora como uma suposta valorização da cultura africana, por meio de manifestações populares como o samba e o carnaval, elementos que, embora com raízes negras profundas, passaram a compor uma imagem idealizada e estereotipada do Brasil, inclusive no cenário internacional, ao passo que, também, ocorreram processos de apropriações e de embranquecimento de alguns desses espaços, sobretudo após o golpe de 1964.

Lélia, que estava muito atenta a essas questões, publica, em 1987, a primeira edição da obra *Festas populares no Brasil*, que, à sua época, ganhou o prêmio na categoria “Os mais belos livros do mundo”, na Feira de Leipzig, na Alemanha. Tal obra teve a sua segunda edição, publicada em 2024, pela Editora Boitempo, apresentando, ainda, textos de Sueli Carneiro, Leci Brandão, Raquel Barreto e Leda Maria Martins. Tal livro é a única publicação de autoria solo de Lélia Gonzalez, que lançou, anos antes, em 1982, a obra *Lugar de negro*, com Carlos Hasenbalg.

Os textos que compõem *Festas populares no Brasil* situam a obra em um contexto de disputas editoriais, juntamente aos processos de apagamento e de obliteração do pensamento de Lélia Gonzalez, como afirma Raquel Barreto, no prefácio do livro. Essa constatação é corroborada pela fala de Sueli Carneiro, que aponta para a longa espera pela publicação da segunda edição da obra e a sua efetiva entrada no mercado editorial brasileiro. Segundo Carneiro, o livro só passou a circular amplamente mais de duas décadas, após a sua primeira edição, o que revela o apagamento sistemático de vozes intelectuais negras no país, especialmente daquelas que, como Lélia, ousaram confrontar os discursos hegemônicos sobre cultura, identidade e nação. A invisibilização de *Festas populares no Brasil* reflete, portanto, um movimento mais amplo de marginalização das produções negras nos campos acadêmico e editorial brasileiro.

Ademais, é importante destacar que os temas abordados na obra dialogam, diretamente, com a trajetória de Lélia Gonzalez. A autora foi responsável por ministrar, de forma pioneira, o primeiro curso sobre cultura negra no Brasil (1976-1978), na Escola de Artes Visuais do Parque Lage, no Rio de Janeiro, experiência que

forneceu o arcabouço teórico e político, que viria a compor o conteúdo de *Festas populares no Brasil*. Nesse sentido, a obra pode ser compreendida como resultado de um profundo engajamento com as expressões culturais afro-brasileiras e se inscreve, também, como parte de uma prática intelectual comprometida com a transformação social e o reconhecimento das contribuições e agenciamentos das populações negras e indígenas para a formação do país.

O livro é organizado em oito capítulos, além de uma introdução, cada um dedicado a diferentes festejos populares brasileiros e suas especificidades regionais. A narrativa é acompanhada por registros fotográficos que já integravam a edição original, como as imagens de Maureen Bisilliat e Walter Firmo, além de novas fotografias de Marcel Gautherot e Januário Garcia – este último, amigo de Lélia Gonzalez e companheiro de militância no Movimento Negro Unificado (MNU). A cada festa apresentada no livro, há pequenos textos, escritos com a intenção de dialogar com um público amplo para além do meio acadêmico, os quais são complementados por imagens, causando um impacto visual marcante, contribuindo, assim, com a compreensão de quem está lendo acerca das celebrações retratadas. Dessa forma, há um efeito extasiante de uma beleza sublime.

A autora menciona, de maneira inicial, que “[...] a formação cultural brasileira se fez a partir de um modelo que poderíamos chamar de eurocatólico” (Gonzalez, 2024, p. 45) – desse modo, as festividades brasileiras, bem como as interações culturais, perpassam o espaço simbólico sinalizado pela Igreja, a partir de seu calendário. Entretanto, isso não implicou que o modelo cultural fosse único, hegemônico ou uniforme, pois houve rupturas e inserção de outros referenciais culturais, especialmente de matriz africana e indígena, que reordenaram uma dinâmica própria ao cenário cultural brasileiro. Para Lélia, essa interação é responsável, “[...] pelo estilhaçamento de classificações impostas de cima para baixo” (Gonzalez, 2024, p. 46), uma vez que os protagonistas desses processos foram sujeitos anônimos, cujas contribuições seguem vivas até os dias atuais. Assim, Lélia reforça a ideia de que “[...]”

se o espaço da festa é eurocatólico, sua manifestação é muito mais ampla, muito mais abrangente” (Gonzalez, 2024, p. 46).

A primeira festa popular que Lélia se atenta é o Carnaval, apontando a origem desses festejos nas celebrações dionisíacas, marcadas por cortejos, procissões e o uso de máscaras ornamentadas, símbolos característicos dessas festas. Conta-nos que, na Roma antiga, essas festividades se associaram aos bacanais e, apesar do conflito inicial com o cristianismo em ascensão, acabaram sendo incorporadas pela Igreja ao calendário oficial, especialmente após a Contrarreforma – processo que se estendeu também às colônias.

Lélia compara as variações do Carnaval em países como a França e a Itália com o Entrudo português, prática popular que envolvia brincadeiras de molhar e sujar os participantes, tradição que foi trazida para o Brasil e perdurou por décadas. Contudo, ela enfatiza que a transformação do Carnaval em sua forma atual ocorreu apenas após a Guerra do Paraguai, quando as camadas populares, sobretudo a população negra, ressignificaram o festejo ao incorporarem os próprios ritmos, cantos e danças, convertendo-o na maior manifestação popular do país. Lélia diferencia, ainda, os folguedos que ocorrem por todo o Brasil, como os afoxés e os blocos de rua, enfatizando a criatividade popular em recriar, manter e transformar as festas.

Seguindo o calendário eurocatólico, Lélia trata, em seguida, dos ritos e festividades da Quaresma, período este que, para a autora, é “[...] carregado de mistérios para a imaginação popular” (Gonzalez, 2024, p. 55). Mesmo ao abordar tais festejos tradicionalmente cristãos, como as festividades quaresmais e as festas juninas, Lélia Gonzalez destaca seu caráter popular, insubmisso e atravessado por elementos não hegemônicos. Nesse sentido, destaca práticas como a Recomendação das Almas, a Malhação do Judas e as procissões do Senhor Morto – e como estas se distanciam da liturgia tradicional, carregando reelaborações e ressignificações populares. No caso das festas juninas, evidencia a influência marcante de tradições pagãs e a contribuição de elementos indígenas e afro-brasileiros, que transformam e enriqueceram essas celebrações no Brasil.

A próxima festa popular que Lélia Gonzalez aborda é o Bumba Meu Boi. Tal festejo, presente em vários estados brasileiros, é, para ela, exemplo da mediação cultural vivida pelas populações negras no Brasil. Ela traça a origem da festividade até o boi Ápis egípcio, associado a rituais de fertilidade e ressurreição, e aponta como o folguedo, ao chegar ao Brasil, foi ressignificado dentro do universo simbólico popular, incorporando diversos elementos culturais afro-indígenas:

Em sua versão mais conhecida, a composição dramática do auto conta a história da escrava Mãe Catirina, mulher de Pai Francisco, que, grávida, deseja comer a língua do boi mais bonito da fazenda de um rico proprietário. Com complacência do capataz, o boi é roubado e morto. A notícia se espalha, a revolta é geral, e o dono do boi manda prender Pai Francisco. Por intervenção mágica de feiticeiros, o boi ressuscita, o culpado é perdoado, e tudo termina com muita festa em honra do boi redivivo (Gonzalez, 2024, p. 78).

A autora se atenta também às Cavalhadas, originárias da Península Ibérica, que chegaram ao Brasil associadas às festividades religiosas, especialmente à Festa do Divino. Diferentemente do Bumba Meu Boi, eram promovidas pelas elites, com participação popular. As manifestações variam conforme a região: no Nordeste, destaca-se o jogo da argolinha; no Sul, a encenação da luta entre mouros e cristãos. Em locais como Alagoas e Pirenópolis (GO), surgem adaptações como o jogo dos doze pares e o drama de duas cores.

Há, também, um momento de análise das chamadas *Festas afro-brasileiras* na obra. Neste capítulo, Lélia aborda manifestações como Reisados, Congadas, Maracatus e Afoxés, destacando como a noção de “deus em nós” confere plenitude e autenticidade a essas celebrações. Descreve essas festas como frutos de uma construção cultural diaspórica, mobilizando os conceitos de resistência e acomodação para explicar como ritos e cultos africanos foram recriados no Brasil. Gonzalez enfatiza o papel das confrarias negras católicas como mediadoras ideológicas frente ao modelo dominante. No posfácio, Leda Maria Martins, Rainha da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Jatobá, aprofunda essa análise ao falar das celebrações dedicadas a santos negros,

como São Benedito e Santa Efigênia, e resgata a origem das Congadas e Reinados, inspiradas em coroações de reis africanos. Apesar da estrutura católica, Lélia aponta que essas festividades elaboram religiosidades próprias, distantes tanto dos moldes europeus quanto de um modelo africano único, questionando assim a ideia simplista de sincretismo.

Nos capítulos finais da obra, intitulados *Festas da igreja* e *Festas natalinas*, Lélia Gonzalez retoma a noção de duplo ajustamento para refletir sobre os modos de elaboração simbólica das populações negras e indígenas diante das imposições coloniais, enfatizando que, embora introduzidas pelo colonizador, essas práticas religiosas oficiais, marcadas pelo formalismo e pela repetição, pouco dialogavam com as camadas populares. No entanto, menciona um catolicismo popular, trazido por anônimos da metrópole e ressignificado por influências africanas e indígenas, que ganhou força no território, caracterizando uma efetiva “religião popular” que se difundiu no Brasil. No capítulo dedicado ao Natal, Lélia evidencia como as culturas indígena e africana transformaram os folguedos natalinos, apesar das tentativas de repressão por parte da Igreja. Destaca, ainda, as festas de Pastoris, que se encerram no Dia de Reis, os Reisados – vinculados ao Auto dos Congos e ao Bumba Meu Boi – além da incorporação de elementos dos terreiros de Xangô, da Folia de Reis, do Fandango e das Cheganças.

Por fim, a leitura de *Festas populares no Brasil* permite-nos compreender como a autora inscreve as práticas culturais populares no centro dos debates sobre identidade, resistência e reescrita da história. Ao evidenciar a presença negra e indígena nas festas religiosas e seculares, Lélia revela a dimensão política da cultura popular, mostrando como ela se constrói em tensão, ruptura e reordenamento em relação ao projeto colonial e hegemônico de nação. Nesse sentido, Lélia Gonzalez rompe com visões folclorizantes e superficiais das manifestações populares, criticando análises reducionistas com apelo ao sincretismo e à corroboração do mito da democracia racial, afirmando assim, a potência das festas populares no Brasil enquanto espaços de memória e reinvenção. Dessa forma, a análise contribui para entender as formas pelas

quais o protagonismo popular se inscreve na luta contra a invisibilização e a opressão secular, reafirmando o papel da cultura na produção de resistências e alternativas ao modelo dominante.

Notas de autoria

Taynara Silva é autora do livro "Lélia Gonzalez: rebeldias epistêmicas" e mestranda em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), na linha de pesquisa Intersubjetividade e Pluralidade: reflexão e sentimentos na História, com bolsa CAPES-PROEX. Possui graduação em História pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) (2023), com interesse na área de História, com ênfase em Teoria da História, História da Historiografia e Estudo das Relações étnico raciais. Integra o Núcleo de Estudos e Debates sobre Intérpretes do Brasil: Racialidade, Epistemologia e Teoria da História (NEDIB) e o Clube de leituras sementes: leituras antirracistas (NEABI-UFFS).

Referências

CARNEIRO, Sueli. *Projeto Memória – Lélia Gonzalez: o feminismo negro no palco da história*. Brasília, DF: Abravídeo: Fundação do Banco do Brasil e Rede de Desenvolvimento Humano, 2014. 120 p.